



O PROJETO BAIRRO-ESCOLA EM NOVA IGUAÇU: ANÁLISES POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO MIGUEL COUTO.

Priscila Martins de Oliveira ¹

RESUMO

Este trabalho se propõe analisar, através de pesquisa bibliográfica, estudo de documentos oficiais e trabalho de campo, o Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu, que funcionou nos anos de 2006 a 2010, na gestão do Prefeito Lindbergh Farias – PT. Elaborado como uma política pública educacional que objetivava transformar os diversos espaços dos bairros em grandes salas de aula, valorizando não só os aspectos educacionais como também reconhecendo a importância de valores sociais, culturais, morais e éticos na formação do ser humano. Além disso, trazia no seu bojo um projeto de intervenção urbana que buscava pela educação integral. Seu principal pressuposto foi o reconhecimento de que as pessoas se educam na cidade, em suas redes sociais, nos lugares, territórios onde vivem. O eixo central desse novo programa de atuação do poder público, era construir uma política que valorizasse profundamente a educação pública incentivando a criação de um espaço escolar integrado à comunidade. O espaço escolar passou a ser toda a cidade: espaços públicos, estabelecimentos comerciais, associações, centros culturais e igrejas. Neste sentido, torna-se oportuna a compreensão deste Projeto para ampliar a discussão sobre as políticas públicas de educação, bem como, pensar nas transformações urbanas produzidas a partir da implementação do Projeto Bairro Escola Nova Iguaçu. Portanto, o foco da presente pesquisa é estudar os aspectos educacionais, políticos e territoriais e as heranças desse projeto, tendo como campo de pesquisa a Escola Municipal Professora Anna Maria Ramalho, localizada no centro do bairro Miguel Couto em Nova Iguaçu.

Palavras-chave: Políticas públicas, Cidade educadora, Projeto Bairro-escola, Nova Iguaçu, Miguel Couto.

ABSTRACT

This work aims to analyze, through bibliographical research, study of official documents and field work, the Neighborhood-School Project Nova Iguaçu, which operated from 2006 to 2010, under the administration of Mayor Lindbergh Farias – PT. Designed as an educational public policy that aimed to transform the various spaces in the neighborhoods into large classrooms, valuing not only educational aspects but also recognizing the importance of social, cultural, moral and ethical values in the formation of human beings. In addition, it had in its wake an urban intervention project that sought integral education. Its main assumption was the recognition that people are educated in the city, in their social networks, in the places, territories where they live. The central axis of this new program of action by the government was to build a policy that deeply valued public education, encouraging the creation of a school space integrated to the community. The school space became the entire city: public spaces,

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, priscila.martins.olliver@gmail.com



commercial establishments, associations, cultural centers and churches. In this sense, it is opportune to understand this Project to broaden the discussion on public education policies, as well as to think about the urban transformations produced from the implementation of the Bairro Escola Nova Iguaçu Project. Therefore, the focus of this research is to study the educational, political and territorial aspects and the heritage of this project, having as research field the Municipal School Professora Anna Maria Ramalho, located in the center of the Miguel Couto neighborhood in Nova Iguaçu.

Keywords: Public Policies, Educating City, Neighborhood-School Project, Nova Iguaçu, Miguel Couto.

INTRODUÇÃO

O Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu, que vigorou nos anos de 2006 a 2010, na gestão do prefeito Lindbergh Farias-PT, tinha como principal objetivo transformar os diversos espaços dos bairros em uma grande sala de aula, valorizando não só os aspectos educacionais como também a aquisição de valores sociais, culturais, morais e éticos do ser humano.

Foi um projeto de intervenção urbana que teve como seu pontapé inicial e como linha de chegada a educação integral. Seu principal pressuposto foi o reconhecimento de que as pessoas se educam na cidade, em suas redes sociais, nos lugares, territórios onde vivem. O eixo central desse novo programa de atuação do poder público, era construir uma política que valorizasse profundamente a educação pública incentivando a criação de um espaço escolar integrado à comunidade.

Neste sentido, se torna oportuna a compreensão dos desdobramentos deste projeto para ampliar a discussão sobre o papel das cidades educadoras e da educação em espaços não formais, bem como pensar nas transformações urbanas produzidas a partir da implementação do projeto Bairro Escola Nova Iguaçu.

O Projeto Bairro-escola foi uma política educacional que se propunha extrapolar as barreiras dos muros das escolas. O espaço escolar passou a ser toda a cidade: espaços públicos, estabelecimentos comerciais, associações, centros culturais e igrejas.

O foco dessa pesquisa é estudar os aspectos educacionais, políticos e territoriais dessa política pública de educação, dita como inovadora e que foi reconhecida e replicada como um dos principais programas de política pública educacional da atualidade, avaliando sua implantação, processos, metas e principalmente seus impactos. Verificando não apenas se as suas atividades previstas foram executadas, mas



principalmente, de que maneira, o seu funcionamento impactou na vida dos moradores daquela cidade.

METODOLOGIA

Objetivando alcançar tais intentos proposto, adotamos como metodologia de análise, a pesquisa bibliográfica, análise de documentos oficiais (documentos obtidos junto à Secretaria de Educação da Cidade de Nova Iguaçu). Bem como, Trabalho de campo, na Escola participante do Projeto Bairro-escola, escolhida para este trabalho, qual analisamos documentos produzidos pela Coordenação do Projeto na escola e também ao longo da sua vigência.

No trabalho de campo, realizamos visita ao Bairro Miguel Couto, perfazendo o percurso no entorno da Escola Anna Maria Ramalho, mapeando o trajeto até os espaços parceiros, onde eram realizadas as atividades extra-classe dos alunos participantes. Visita específica à Escola Municipal Anna Maria Ramalho para o levantamento dos atores envolvidos no projeto (professores, técnicos, alunos, ‘mães-educadoras’ e colaboradores externos), para realização futura de entrevista semiestruturada, no intuito de investigar os impactos do Projeto nessa comunidade escolar.

Levantamento documental do Projeto Bairro-escola na Secretaria de Educação de Nova Iguaçu (acessar documentos da época da vigência do Projeto Bairro-escola e as publicações do Diário Oficial, tendo em vista que no site da Prefeitura só há disponibilidade de consulta de set/2017 em diante).

Compilação e análise dos dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ponto de partida para elaboração desse texto, foi a intenção de analisar o “Estado em ação”, de focar a relevância de olhar para as políticas públicas como instrumento de troca entre o poder público e a sociedade. Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Desta feita, utilizaremos conceitos de Política pública de Rocha:

“Instrumento capaz de garantir a integralidade dos Direitos Humanos, que em suma são territorializados no espaço. (...) servem para intervir na



realidade sócio-espacial e efetivar direitos. Tais políticas podem ser classificadas como públicas, entre outras coisas, quando: as decisões são públicas, ajuda a garantir o interesse público é construído num debate amplo, e servem como promoção da igualdade de direitos humanos” (ROCHA, 2012, p. 103).

Dentro da pesquisa, surgem outros conceitos como por exemplo, educação não-formal de Gohn, que apresenta a seguinte explicação:

“Práticas educacionais realizadas extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Toda e qualquer prática onde haja transmissão de conhecimento e que não estejam vinculadas à educação formal, isto é, escolar”. (GONH, 2009, p. 46)

Quando se estuda sobre o Programa Bairro-escola Nova Iguaçu, percebe-se uma tendência de publicações, textos e dissertações fazendo análise do contexto político-pedagógico do programa. A nossa proposta é enveredar pela análise dos aspectos da ação de política pública e sua influência no espaço e nas relações sociais, tomando como base a ideia de Lefebvre sobre o direito a cidade para assim pensar a cidadania e o caráter socioespacial da cidade.

Discorrendo à luz do pensamento de Henri Lefebvre, na sua obra O direito à cidade, sobre a importância de se entender o espaço e a sua formação na produção do mundo moderno. Para o autor, o espaço é produzido pela vida humana. E a cidade? A cidade é social. Tal afirmação pode ser esclarecida, expondo-se o seguinte:

“A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc) com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. (LEFEBVRE, 2008. p-51).

A criação da teoria do Direito à cidade por Lefebvre passa pela confirmação do desdobramento do processo de urbanização advindo do curso do processo industrial. Surgindo da ideia de que a cidade, na ótica da história, aparece como centro da vida social e política das atividades mercantis, como lugar de acumulação de riquezas e do valor de uso, associado ao consumo improdutivo da cidade. Além disso, não podemos



esquecer que, para Lefebvre, o cotidiano é o lócus da reprodução das relações sociais. O cotidiano, usado e apropriado de forma desigual por classes sociais diferentes faz surgir novos usos, decorrentes do conflito intenso com espaço e no espaço, fortalecendo o surgimento de novas territorialidades.

A cidade moderna foi forjada segundo a prática espacial capitalista de produção, e uma das principais consequências dessa prática foi a periferização da cidade. Ela separa os locais de moradia dos locais de trabalho, dos locais de lazer.

A compreensão de que a cidade e o urbano formam uma relação dicotômica, é o cerne do Direito à cidade. Nela, contempla-se que a cidade colocou-se ao longo da história como uma obra e que a cidade precisa ser reconstituída como obra, não como era antes, mas produzindo uma nova realidade. De uma realidade que passa a ser a obra dos seus habitantes e significa pensar a sociedade para além do capital, produzindo na cidade uma vida urbana como uma atividade criativa e criadora, se impondo sobre a ideia que minimiza o papel da cidade apenas aquela função de habitar.

Após discutir à luz da teoria de Lefebvre os conceitos de cidade e espaço, não poderíamos deixar de discutir o principal ator que é o cidadão. A abordagem aqui apresentada vai tomar por base o livro O espaço do cidadão do geógrafo Milton Santos. Nele, o autor explorou que o homem-cidadão é aquele homem detentor de deveres e direitos e que os reconhece. Porém, para ele, existe escala de cidadania, há cidadão de classes diversas; “há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”. (SANTOS, 2007 p. 24).

Essa escala de cidadania se deve ao fato de que a atividade econômica e a herança social causam a distribuição desigual do homem no espaço. Essa discrepância na distribuição espacial, causa a má distribuição do acesso a bens, serviços e direitos, que está diretamente ligada ao lugar socioeconômico e geográfico onde este homem se localiza.

O panorama econômico traçado por Santos, referente ao Brasil pós redemocratização, o qual se fundou em alguns poucos setores produtivos e se baseou também em alguns lugares específicos, causou o agravamento das desigualdades e reforçou distorções entre pessoas e lugares. Pela crítica de Santos:



“O homem vale pelo lugar onde está (...) A possibilidade de ser mais ou menos cidadão, depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está” (SANTOS, 2007 p. 107).

Desta forma, Santos conclui que o cidadão, não possui o mesmo valor, nem acesso a direitos dependendo do lugar o qual está localizado no espaço. Ele sempre, suscita discussões sobre as questões relacionadas ao lugar, para ele a acessibilidade afeta diretamente o reconhecimento do que é ser um cidadão, pois quanto mais distante dos produtos e serviços este homem está, menos cidadão ele é, pois a distância dos grandes centros, afeta a qualidade e frequência no acesso aos serviços públicos.

No sentido de que a cidade serve como um espaço de experiência pedagógica. Assim a cidadania que é exercida na cidade necessita ser pensada como parte dos direitos (aqui a educação como um direito mais amplo na esfera da cidade) por isso não podemos deixar de discutir a dicotomia cidadão *versus* consumidor, proposto pelo geógrafo Milton Santos em sua obra “O espaço do Cidadão”.

A ideia do Projeto Bairro-escola surgiu no bojo do Movimento das Cidades Educadoras, no seu I Congresso ocorrido em 1990 na cidade de Barcelona, Espanha, no qual os representantes das cidades participantes elaboraram e assinaram um documento denominado Carta das Cidades Educadoras. Nela, as cidades signatárias assumiram compromissos em traçar o perfil educativo da cidade, fazendo com que seus habitantes conseguissem aproveitar ao máximo a capacidade educativa do espaço citadino. Com efeito, a cidade dispõe de um extenso leque de iniciativas educadoras, de origem, intenção e responsabilidades diversas. Ela dispõe de instituições de educação formal, de meios de intervenção não formais com objetivos pedagógicos preestabelecidos, assim como propostas ou experiências que surgem de uma forma aleatória ou por finalidades comerciais. As cidades educadoras se comprometiam em desenvolver parcerias para a troca das suas experiências; num espírito de cooperação apoiar-se-iam mutuamente para pôr em prática projetos e experiência que se dignem a incentivar a proposta educacional na cidade. Características muito marcantes dos preceitos das Cidades Educadoras são a valorização da cidade como espaço de aprendizagem, a inclusão de aspectos da vida cotidiana nos temas trabalhados na escola e a educação cidadã com foco no exercício da democracia, como forma de fazer com que o homem se reconheça como partícipe da sua cidade, que possa ter consciência do seu papel de aprendiz e cidadão.



Para o Movimento das Cidades Educadoras, o processo educativo deve ser permanente e integrador, aproveitando-se de todos os fatores que a cidade apresenta e valorizando aspectos de organização da cidade, sejam eles: cultura, recreação, meio ambiente, planejamento urbano, participação política, dentre outros.

No ano de 1994, ocorreu a III Conferência das Cidades educadoras. Nesse encontro participaram mais de 450 cidades, do mundo inteiro. A primeira carta das Cidades Educadoras foi atualizada, e o resultado desse evento foi a criação da Associação Internacional das Cidades Educadoras, cuja sede latino-americana fica na cidade de Rosário na Argentina.

Desde 1990 até os dias atuais, ocorreram vários outros congressos das Cidades educadoras, e em todos eles houve reformulação da Carta das cidades educadoras, seguindo seu princípio de que este seria um documento aberto a atualizações. Os documentos internacionais que serviram de base para formulação e reformulação da Carta das cidades educadoras foram: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

Atualmente, 22 municípios brasileiros compõem a Rede Nacional de Cidades educadoras: Belo Horizonte (MG), Camargo (RS), Carazinho (RS), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Gramado (RS), Guarulhos (SP), Horizonte (CE), Marau (RS), Mauá (SP), Nova Petrópolis (RS), Porto Alegre (RS), Santiago (RS), Santos (SP), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP), São Gabriel (RS), São Paulo (SP), Soledade (RS), Sorocaba (SP) e Vitória (ES).

Cabe ressaltar que a Cidade de Nova Iguaçu nunca fez parte formalmente da AICE, porém ao analisar os documentos produzidos para elaboração e implantação das propostas de educação da gestão do prefeito Lindberg Farias, nos seus dois mandatos (2005-2010), percebemos que os fundamentos e propostas do Movimento das Cidades educadoras foram o ponto de partida para a criação do Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu. Vejamos o que falam Jailson de Souza e Maria Antônia Goulart, respectivamente, Secretário municipal de educação de Nova Iguaçu e Coordenadora do Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu, sobre a influência das proposições expressas na



Carta das cidades educadoras considerando a possibilidade de tornar o urbano, um espaço educativo:

“As redes sociais não existem no espaço vazio, elas existem em espaços concretos, nos lugares, nos territórios.

Ela acontece nas casas, nas ruas, nas organizações comunitárias, nos clubes, nas igrejas, nas ONGs e tudo mais. A educação acontece então na cidade. Por isso, acreditamos na ideia de uma cidade educadora”. (SILVA e GOULART. 2011. p.18).

Somado ao traçado do Movimento das Cidades educadoras o Projeto Cidade Escola Aprendiz da Cidade de São Paulo também pode ser considerado como uma das bases ideológicas do Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu. Esse Projeto foi um laboratório de pedagogia comunitária, idealizado por uma ONG homônima, nascida em 1998, que ampliou espaços de aprendizado integrando a escola à comunidade, transformando o Bairro Vila Madalena em São Paulo em uma grande sala de aula a céu aberto. Vejamos:

“A proposta da ONG parte da ideia de que o processo educativo precisa se apropriar da riqueza das ruas, descobrindo trilhas de conhecimento que possam ser percorridas por adolescentes e crianças” (BARNABÉ e GALIANO, 2005. p.15).

Tendo como base teórica o pensamento do mais importante trio de pedagogos do Brasil- Anísio Teixeira, Paulo Freire e Fernando de Azevedo- o projeto Cidade escola aprendiz, se apresentava como sendo:

“uma das mais modernas experiências educacionais de um mundo interconectado, onde há uma crescente necessidade de pensamento global partindo das ideias locais, ou seja, o lugar onde as pessoas vivem- as comunidades. (BARNABÉ e GALIANO, 2005, p. 09).

Da Pedagogia libertadora de Paulo Freire, o projeto adotou a concepção de que a escuta e o diálogo são importantes recursos pedagógicos, com eles o estudante e o professor se igualam, pois produzem conhecimento e aprendem um com o outro e são capazes de desenvolver a consciência crítica e o amor pela liberdade.

Por sua vez, Anísio Teixeira, criador da Escola-parque, a qual unia a escola-classe (sala de aula) com escola-parque que era o espaço de brincar e experimentar, sendo projeto do governo estadual da Bahia, que inaugurado na década de 1960, se



apresentava como uma nova concepção para o ensino em período integral, o pedagogo também foi importante base teórica para a Cidade escola aprendiz.

Movidos pelas propostas da Pedagogia por projetos e coadunando com as ideias desses estudiosos, foi que surgiu o principal pressuposto da Cidade escola aprendiz, que nada mais era do que aprender fazendo e fazer utilizando as novas ferramentas tecnológicas da internet: sites, correio eletrônico e editores de texto. A ONG Cidade Escola aprendiz foi idealizada pelo jornalista Gilberto Dimenstein, que via a educação como uma tarefa de todos.

Deste modo, utilizando as orientações das Cartas das Cidades Educadoras e a metodologia do Projeto Cidade Escola Aprendiz, a gestão municipal de Nova Iguaçu buscou implantar sua política pública educacional com foco na educação integral visando transpor a principal barreira encontrada para ampliação da carga horária escolar: a escassez de recursos financeiros. Como aumenta/dobrar a carga horária dos alunos sem construir novas escolas e sem aumentar a carga horária dos professores ou contratar novos professores? O município não tinha estrutura de pessoal, muito menos física, para comportar as demandas da educação de horário integral. Portanto, partindo dessa visão política, e partindo das premissas de que a educação integral era vista como uma forma de melhoria na qualidade de vida, não só do aluno, mas de toda a comunidade, todas as instituições que integravam a municipalidade, passaram a ser vistas como tendo um excelente potencial pedagógico.

A partir desse diagnóstico, passou-se a se discutir não apenas políticas pedagógicas, mas a melhor forma de melhorar a qualidade de vida coletiva no espaço urbano. Partindo da educação, buscou-se uma visão mais global do processo de requalificação urbana.

Neste trabalho, iremos contextualizar o Projeto Bairro-escola na Escola municipal professora Anna Maria Ramalho. Primeiramente, a escolha da Escola municipal Anna Maria Ramalho, se deu pelo fato dela estar localizada no Bairro Miguel Couto, de ter sido a segunda¹ escola do município a receber o projeto e foi a primeira do Bairro. Segundo, por sua localização central no Bairro Miguel Couto, que é um importante bairro do município, sendo segundo maior em extensão da cidade, ficando atrás apenas do Centro.

Diante disto, cabe aqui, expor que, para proporcionar ao cidadão, o seu reconhecimento como tal, como um indivíduo com deveres e direitos, foi que surgiu o



Movimento das Cidades educadoras, que posteriormente, influenciou a criação do Projeto Bairro-escola em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.

Tendo como ideia inicial as premissas da Carta das cidades educadoras, a gestão municipal passou a pensar na forma de colocar essas ideias em prática, já que para concretizar uma iniciativa tão inovadora e que envolve tantos atores sociais, como escola, família, poder público, iniciativa privada, era preciso planejar as intervenções formais e não formais, para concretizar objetivos pedagógicos, as suas propostas, sem deixar de lado as vivências dos envolvidos.

Segundo os idealizadores do Projeto, algumas crenças e padrões precisavam ser modificados, por exemplo, a ideia de que somente a escola era responsável pelo desenvolvimento científico e racional das pessoas, que somente o professor era detentor de todo conhecimento, desvalorizando os saberes pretéritos do outro protagonista da unidade escolar, o estudante, para eles, preciso derrubar a falsa ideia de que o aluno era uma ‘caixa vazia’ que precisava ser preenchida pelo conteúdo formal escolar.

Para eles, o papel formal da escola não foi descartado, mas a passou a ser valorizado junto com o papel social do alunado, e toda sua complexidade, enquanto ser que se relaciona com outros, que tem anseios, histórias de vida, certezas, fragilidades, experiências, desta feita, a condição de ser humano desse aluno passa a ser exposta, valorizada e trabalhada. Vejamos:

“quando a escola não vos considera alunos como pessoas inteiras, integrais, ela assume uma perspectiva institucional e tecnicista. Ela desconsidera a criança, adolescente, o jovem e mesmo o adulto que a frequentam, em suas diferenças e semelhanças”. (SILVA e GOULART. 2011 p. 19).

Para implantar, na educação de Nova Iguaçu, as ideias do movimento das Cidades Educadoras, foi preciso primeiro, quebrar os paradigmas da educação tradicional, aquela que permanecia fechada em si, onde todo o saber e todas as práticas pedagógicas giravam em torno de conteúdos fechados que desconsideravam as realidades sociais. Para tanto, investiu-se na concepção de uma educação integral, na qual se valoriza o saber, e o ser humano como um todo. Passou-se a buscar o enaltecimento dos saberes populares, das práticas sociais dos sujeitos envolvidos nessa troca de conhecimento. A educação integral incentiva o reconhecimento de que as territorialidades das políticas pedagógicas devem extrapolar os limites dos muros das escolas.



Nesse sentido, o pontapé inicial do Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu, foi de tornar as unidades escolares não somente em escolas de horário integral, mas torná-las incentivadoras e propagadoras da ideia de que a educação acontece como um todo, e em todos os lugares, o que seus idealizadores chamaram de educação integral, que tinha como meta, também a melhoria da qualidade de vida da população.

O processo de implantação do Projeto pode ser dividido em dois momentos: primeiramente, de 2006 a 2008, que caracterizou sua idealização e difusão, utilizando a ideologia das Cidades educadoras e; posteriormente, de 2009-2010, onde foi efetivada a extensão do horário integral para toda a rede municipal de educação, articulado ao Programa Federal de horário integral, o Mais Educação.

Com foco inicial na extensão da oferta de horário integral, o Projeto Bairro-escola se balizava por três premissas básicas que eram: 1. Educação integral apoiada no horário integral, 2. Requalificação urbana e 3. Defesa dos Direitos humanos e redução da mortalidade infantojuvenil.

As premissas do Projeto Bairro-escola coadunam com a teoria de cidadania concreta de Santos, na qual a igualdade de acesso a bens e serviços garante que o indivíduo viva com o mínimo de dignidade possível.

A educação integral, aquela que valoriza todos os aspectos da vida cotidiana não apenas a educação escolar, permite que o indivíduo conheça sua história, seus direitos e deveres e que possa ter atuação política no âmbito do seu território. Sobre esse aspecto, destacamos o que Santos aponta:

“as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente que a sua voz seja ouvida”. (SANTOS, 2007. p. 147)

A defesa dos Direitos humanos e redução da mortalidade infantil, vem como uma premissa do projeto Bairro-escola, pois sendo um projeto intersetorial, visava a proteção de direitos básicos, para além da educação, a saúde, emprego, mobilidade urbana entre outros fatores que possibilitam a vida na cidade e o uso do espaço pela população.

Destaca-se a Requalificação urbana, como uma forma de proporcionar a melhoria do uso dos espaços públicos já existentes, permitindo que as atividades do Projeto



Bairro-escola pudessem ser desenvolvidas a contento, mas também permitindo uma renovação e uma melhoria do espaço com vistas a reforçar a função social da cidade.

As estratégias utilizadas para que o Programa Bairro-escola Nova Iguaçu fosse uma política de sucesso, englobavam os envolvimento de vários segmentos da sociedade, materializando assim o projeto como uma ação integrada de vários protagonistas. E a gestão integrada virou a questão central para viabilizar o Bairro-escola. A construção de uma estratégia integrada de governo intersetorial com base em um modelo de gestão integrada promoveria a articulação de diversas políticas setoriais. Para isso que a Prefeitura municipal criou a Coordenação do Bairro escola, com ligação direta com o Gabinete do Prefeito da cidade que tinha como principal atribuição articular as ações de todas as secretarias de governo (educação, cultura, esportes, assistência social, saúde, meio ambiente e urbanismo) no âmbito do Bairro-escola Nova Iguaçu, quem ocupava o cargo de Coordenadora Geral do Bairro era Maria Antônia Goulart, a primeira-dama do município.

Mesmo o Projeto Bairro-escola tendo a escola como seu centro de forças, um projeto dessa magnitude, no contexto de uma cidade relativamente pobre em termos de arrecadação própria, periférica e com aproximadamente 60 mil estudantes matriculados no ensino fundamental, tornava-se quase impossível que a comunidade escolar sozinha pudesse levar o Projeto Bairro-escola a diante. O voluntarismo e as parcerias público-privadas se apresentaram como sendo a saída, encontrada pela gestão, para dar conta das demandas que a escola não comportava. A forma que os idealizadores do projeto arrumaram de fechar as lacunas das atividades que a escola não poderia fazer, foi valorizando um processo de construção de parcerias ente os setores públicos e outras organizações sociais. O sistema de parcerias entre os empresários dos bairros, comerciantes e até mesmo pessoas físicas que cediam seus espaços para a realização das atividades do Projeto, ou que trabalhavam na execução, como por exemplo a figura das ‘Mães educadoras’ (que realizavam um trabalho de apoio para as oficinas e na transição dos turnos escolares) era um dos principais pontos que fizeram com que o projeto de fato pudesse ser executado.

O Projeto Bairro-escola foi uma experiência inédita, no Brasil, em termos de política pública intersetorial, porém se tornou acabado. Houve muitos problemas de articulação das atividades, por se tratar de uma gama imensa de ações advinda de outras esferas de governo e até mesmo das várias secretarias municipais envolvidas nele. A



metodologia de implantação da gestão participativa, que era tida como um dos fundamentos do projeto, não conseguiu direcionar os interesses diversos que eram apresentados pelos envolvidos.

Os anos de vigência do Projeto Bairro-escola foram marcados por uma descontinuidade política. Foram três secretários de educação diferentes em cinco anos de existência do programa. Esse é outro fator que pode ter trazido entraves ao processo, pois descontinuidade causa ausência de informações e documentos, que podem se perder nessa troca de equipes entre outros transtornos.

Em abril de 2010, o prefeito Lindbergh Farias licenciou-se do cargo para concorrer a uma das duas vagas ao Senado pelo estado do Rio de Janeiro. A vice-prefeita da cidade, Sheila Gama – PDT, assumiu a prefeitura e conseqüentemente a gestão do Projeto Bairro-escola. Após Lindbergh Farias deixar seu cargo na Prefeitura, o programa perdeu força política e aos poucos foi deixando de existir nos bairros, dando lugar a uma outra política pública de educação com foco apenas na oferta de horário integral, de permanência do aluno de no mínimo 7 horas diárias na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do ponto de vista da oferta do horário integral aos alunos das escolas municipais de Nova Iguaçu, que foi um dos objetivos do Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu, o ano de 2010, com o Decreto nº 7083/2010, marcou a universalização do ensino de tempo integral para as escolas urbanas do município, essa fase foi marcada pela articulação do Projeto Bairro-escola com o Programa Mais Educação do Governo Federal. Para colocar em funcionamento o horário estendido, a gestão do projeto continuou apostando nas parcerias para as atividades do contra-turno.

Considerando o aspecto da requalificação urbana, foi detectado que, as mudanças decorrentes da implantação do Bairro-escola foram muito modestas. Não houve ações muito contundentes nessa vertente. Ao refazer o percurso no entorno da Escola Municipal Anna Maria Ramalho, pudemos observar que ainda restam vestígios das pinturas realizadas nas calçadas que serviam de passeio para que as crianças se deslocassem para as atividades nos espaços parceiros. Pode se observar também que, em determinados pontos do trajeto, alguns obstáculos como degraus e postes foram contornados, deixando a constatação de que a ação de reformulação urbana foi



superficial, não houve uma mudança profunda, por exemplo, a adequação das calçadas para a correta mobilidade das crianças do projeto e conseqüentemente, a possibilidade das melhorias, serem estendidas a todos as pessoas que possam vir a utilizar aquele espaço. Por ter que lidar com recursos escassos, a gestão do projeto teve que optar por implementar as melhorias urbanas no entorno das escolas ou mais especificamente no trajeto que os alunos realizavam para se deslocar delas até os locais onde eram realizadas as atividades extraclasse.

Outrossim, foi possível mapear projetos e ações que foram desenvolvidas em parceria ao Projeto Bairro-escola que fazem parte de um uso social da cidade como parte desta experiência pedagógica, por exemplo, foram travados diálogos com os comerciantes que expunham seus produtos nas calçadas; foram realizadas palestras nas empresas de ônibus, ambas ações com o objetivo de explicar a nova dinâmica de circulação de crianças no bairro. No tocante aos projetos, podemos citar espaços parceiros como a Escola Livre de Cinema, a Praça do DPO (importante destacar que este equipamento recebeu intervenções do eixo requalificação urbana para servir de espaço parceiro ao Programa Bairro-escola) e a Academia ao ar livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer a análise do Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu, percebe-se que os seus idealizadores tinha boas ideias para, através da educação, realizar mudanças no cotidiano dos moradores da cidade, partindo dos alunos da escola pública e perpassando, inclusive, pela requalificação urbana. Porém, a forma como a Gestão resolveu implementar a Política pública, se valendo de parcerias com a iniciativa privada e organismos externos, expuseram a fraqueza do governo. Mesmo alegando que suas escolhas teóricas, ideológicas e práticas eram contrárias ao neoliberalismo, por exemplo, percebemos que o repasse de serviços públicos por meio da ampliação da participação da iniciativa privada através das parcerias, comprometeu a qualidade do serviço que deveria ser ofertado pelo município.

As condições de implantação, funcionamento e administração do Projeto Bairro-escola Nova Iguaçu, mostraram que as propostas de mudança feitas pela Gestão, não conseguiram realizar melhorias profundas para a vida e o cotidiano dos moradores da



cidade, se mostraram como uma política paliativa revestida de política pública de educação, que não conseguiu se mostrar forte o suficiente para conseguir uma base sólida. O que podemos visualizar, por exemplo, no caminho pintado que ainda há na calçada no entorno da Escola Anna Maria Ramalho, percebe-se que a calçada não foi reformada para o trânsito dos alunos. A linha vermelha que sai da escola em direção aos espaços parceiros, contorna obstáculos como postes e degraus, o que comprova que os gestores do projeto não se preocuparam com a acessibilidade, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ARENDR, H. **O que é Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Disponível em:
<<http://www2.cmevora.pt/aec/Downloads/Cartadascidadeseducadoras.pdf>.> Acesso em 30 de nov. de 2019.

FAURE, Edgar. **Aprender a ser**. São Paulo: Difusão Editorial do Livro, 1974.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed, São Paulo, Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir e CABEZUDO, Alicia. **Cidade Educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

GADOTTI, M. – **Educação Cidadã para uma Cidade Educadora**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

LAVINAS, Lena. FOGAÇA, Azuete. **Programa Bairro escola: o fracasso de uma boa ideia**. 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-produção das relações de produção**. (tradução da 1ª parte de La survie du capitalisme). Porto: Edições Escorpião, 1973.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MEDEIROS, Barnabé e GALIANO, Mônica Beatriz. **Bairro-Escola: uma nova geografia do aprendizado**. São Paulo: Tempo Dímagem, 2005.



NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Bairro-Escola: fazendo de Nova Iguaçu uma cidade educadora.** Encarte. Nova Iguaçu: 2006.

ROCHA, A.S. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões. *In: Geo UERJ.* Ano 14, n. 23, vol, 1, 1º semestre de 2012, p.99-113.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 7ªed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Jailson de Souza. GOULART, Maria Antônia. **Bairro Escola. A experiência da educação integral em Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro: Observatório de favelas, 2011.